

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

LUIZ HENRIQUE ROCHA SANTOS

**A INCOSTITUCIONALIDADE DO TIPO PENAL DO
FEMINICÍDIO E DA LEI MARIA DA PENHA**

VITÓRIA
2018

LUIZ HENRIQUE ROCHA SANTOS

**A INCOSTITUCIONALIDADE DO TIPO PENAL DO
FEMINICÍDIO E DA LEI MARIA DA PENHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória
– FDV, como requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Mestre Israel
Domingos Jorio.

VITÓRIA

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Djalma e Rosimary, pela educação, por todo o amor, dedicação e sacrifícios que fizeram por mim ao longo de toda a vida, bem como pelo suporte durante os estudos e durante a elaboração deste trabalho, e, também, pela oportunidade de fazê-lo. Agradeço ao meu irmão, Davi, pela parceria que sempre tivemos e sempre teremos. Agradeço aos meus tios, tias, primos, primas e toda a minha família, por me acolherem e me amarem apesar de tudo, por tudo que me ensinaram e por terem me tornado o que eu sou hoje. Por vocês, o meu amor será sempre incondicional.

Em segundo, mas definitivamente não menos importante, agradeço aos meus amigos, tanto aos que conquistei na faculdade, quanto aos que conquistei ao longo da vida. Vocês dão cor a minha vida, tornam as dificuldades leves, me carregam quando não posso andar e me levantam quando eu não quero sair do chão. Agradeço a todos por isso, e espero levar a amizade de cada um até o fim da minha vida. O mundo como conhecemos pode parecer assustador, mas não mais do que a ideia de encará-lo sem ter com quem compartilhar as alegrias, as tristezas, as conquistas, as indignações, as opiniões, enfim, a vida em si. Uma vida sem vocês é simplesmente uma vida que não vale a pena ser vivida.

Agradeço também aos meus professores, pelos ensinamentos, pelas dicas, pelos conselhos valiosos e pela atenção e paciência que tiveram. Agradeço em especial ao professor Israel por ter me orientado nesse trabalho, por me mostrar o melhor caminho sempre com paciência e dedicação.

Em memória de minha querida avó, Maria Raquel, que sempre sonhou em ver seu neto crescer e se tornar um bom homem e um bom profissional. Espero atender as expectativas, e espero que você possa ver onde quer que esteja. Você viverá para sempre em minha memória e em meu coração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA MODERNA.....	07
2 LEIS 13.104/15 E 11.340/06: ANÁLISE DOGMÁTICA.....	08
2.1 A QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO.....	08
2.2 A LEI MARIA DA PENHA.....	12
3 A INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS 13.104/15 E 11.340/06.....	17
3.1 O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO.....	17
3.2 A VIOLAÇÃO DO ARTIGO 227 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: MITIGAÇÃO À PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	27
3.3 O DIREITO PENAL DO FATO E A RESPONSABILIDADE PESSOAL DOS AGENTES.....	28
3.4 DIREITO PENAL SIMBÓLICO: A INTERFERÊNCIA POLÍTICA NA TUTELA PENAL.....	31
4 ALTERNATIVAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	34
4.1 MEDIDAS EXTRAPENAIIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	34
4.2 LEI ESPECIAL DE PROTEÇÃO AO HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DOMÉSTICO E/OU FAMILIAR.....	37
REFERÊNCIAS.....	40

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal uma análise minuciosa da constitucionalidade das Leis 13.104/15 e 11.340/06. Para isso, faz-se uma breve análise dogmática de ambas as leis e suas aplicações práticas. Ato contínuo, busca-se demonstrar que as leis e a lógica por trás delas representam uma violação ao princípio constitucional da isonomia e da proteção constitucional da criança e do adolescente, na medida em que é promovida uma proteção deficiente às vítimas da violência doméstica através da distinção de gênero característica dos dispositivos. São trazidas também discussões acerca da responsabilização penal do autor e não do fato, bem como acerca do Direito Penal Simbólico, e de como essas deturpações do Direito Penal são promovidas pelas Leis em questão e quais suas consequências para o sistema, para o combate à violência doméstica e para as suas vítimas. Por fim, apresentam-se alternativas para a repressão da violência doméstica.

Palavras-chave: Femicídio. Lei Maria da Penha. Princípio da Isonomia. Direito Penal Simbólico.